



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682543 - SP (2021/0233667-0)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : LUCAS GONCALVES CATHARINO  
**ADVOGADO** : LUCAS GONÇALVES CATHARINO - SP394926  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VANDERLEI FRANCISCO (PRESO)  
**CORRÉU** : ELIZABETH CAMILHO DE MORAIS  
**CORRÉU** : RAFAELA DOS SANTOS SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANDERLEI FRANCISCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 1500778-29.2019.8.26.0583).

O paciente foi preso em flagrante, denunciado e condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, como incurso no art. 33, *caput*, e art. 35, *caput*, c/c. art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que a custódia cautelar do paciente deveria ser reavaliada, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por providências cautelares mais brandas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

É consabido que o *habeas corpus* exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. Não instruída a impetração com decisão do Tribunal de Justiça e outros documentos essenciais para a apreciação do pedido, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

Fica impossibilitada a manifestação deste Tribunal, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão da instância estadual e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, c, da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Por oportuno, consigne-se que a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com a estreita via do *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência